



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1992

ANO XLVII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Prels - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Miró Malstrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Béllinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Aníbelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djaima de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, José Arthur Ritti, José Alves, Luiz Antônio Setti, Orlando Pessuti, Rafael Greca de Macedo e Toti Colação (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência registra com satisfação a

presença do Prefeito de Cornélio Procópio, companheiro Eduardo Trevisan e também a presença do ex-Deputado Federal Darci Deitos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM Nº 23/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e material permanente.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
		INATUREZA	IL		
		DA	IFTIDI		
		DESPESA	IRI		
				VALOR	IN. DOI
					IPROCI
					ICOF I
1001601	ESPECIFICAÇÃO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
10700	TRIBUNAL DE ALCADA	I	I I I		I I
10701	TRIBUNAL DE ALCADA	I	I I I		I I
12765	ATIVIDADES JUDICIARIAS - TA	I	4120.00100ILI	210.000	I0145I
		TOTAL		210.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
MODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA IFTIDI	I IRI		IPROCI
I	I	IDESPESA I	IRI		ICOP I
0700	TRIBUNAL DE ALCADA	I	I I I		I I
0701	TRIBUNAL DE ALCADA	I	I I I		I I
1003	IAQUISICAO DA SEDE DO TRIBUNAL DE ALCADA	I	I I I		I I
		I 4210.00	I00ILI	210.000	I0145I
		T O T A L I		210.000	I

cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM

Nº 24/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com o Programa de Controle e Combate da

Erosão PRONOROESTE no que se refere à execução de obras em parceria com os municípios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações alocadas no Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

ANEXO I - p12

CANCELAMENTO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
MODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA IFTIDI	I IRI		IPROCI
I	I	IDESPESA I	IRI		ICOP I
000	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE	I	I I I		I
		I	I I I		I 1
		I	I I I		I 1
		I	I I I		I
4102	CABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
		I	I I I		I
4652	PROGRAMACAO A CARGO DA SUCEAM	I 3211.03	I00ILI	4.265.000	I0145
		I 4311.02	I00ILI	4.292.000	I0149I
		T O T A L I		8.557.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		CRS 1.000,00	
ANEXO							
I	I	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DO
10001001	ESPECIFICACAO	I	I	I	I		1PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI			ICOP
2899	ISECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I	I	I		I
2502	ISABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I		I
2696	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E AGROPECUARIA - BANESTADO	I	I	I	I	8.557.000	10149
		T O T A L		I		8.557.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02		CRS 1.000,00	
ANEXO							
I	I	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DO
10001001	ESPECIFICACAO	I	I	I	I		1PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI			ICOP
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I		I
4264	ISUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCLAM	I	I	I	I		I
1122	ICONTROLE E COMBATE DA EROSAO - PRONORDESTE	I	I	I	I	2.586.000	101491
1123	IPROGRAMA DE DRENAGEM EM AREAS URBANAS OU SUJEITAS A ENCHENTES	I	I	I	I	1.706.000	101491
2528	IFABRICACAO DE TUBOS	I	I	I	I	4.265.000	101491
		T O T A L		I		8.557.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 02		CRS 1.000,00	
ANEXO							
I	I	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DO
10001001	ESPECIFICACAO	I	I	I	I		1PROC
I	I	IDESPESA	I	IRI			ICOP
2400	ISECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I		I
2465	IBANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - IBANESTADO	I	I	I	I		I
2837	INCREMENTO CREDITICIO AO COMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E AGROPECUARIA - BANESTADO	I	I	I	I	8.557.000	101491
		T O T A L		I		8.557.000	I

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações alocadas na Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados o orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e a programação orçamentária global do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 25/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.135.649.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Esta-

dual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com materiais esportivos, bolsa auxílio a atletas, convênios com municípios, aquisição de material permanente e equipamentos.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial, no exercício de 1991, da referida entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.135.649.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço

ANEXO I p17

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I ANEXO				CRS 1.000,00	
I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 4800	ISECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E	I	I I I		I I
I	ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 4898	IFUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO -	I	I I I		I I
I	IFESTUR	I	I I I		I I
I 2746	IADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA	I	I I I		I I
I	IPOLITICA DE ESPORTE E TURISMO	I 4120.00	I40ILI	176.714	I4142I
I 2747	IAP0IO AO DESENVOLVIMENTO DO	I	I I I		I I
I	IESPORTE AMADOR E COMPETICOES	I	I I I		I I
I	IESPORTIVAS	I 3120.00	I40ILI	50.000	I4142I
I	I	I 3120.00	I90ILI	44.133	I4142I
I	I	I 3132.00	I40ILI	49.694	I4142I
I	I	I 4130.00	I40ILI	276.315	I4142I
I	I	I 4130.00	I90ILI	111.390	I4142I
I 2748	IPROMOCAD E DESENVOLVIMENTO DO	I	I I I		I I
I	ITURISMO NO PARANA	I 3120.00	I40ILI	50.000	I4142I
I	I	I 3132.00	I40ILI	153.237	I4142I
I	I	I 4120.00	I90ILI	24.166	I4142I
I	I	I 4130.00	I40ILI	200.000	I4142I
		T O T A L I		1.135.649 I	

fonte 00 - Ordinário não Vinculado para a
fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Curitiba, 04 de maio de 1992.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.416.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 00 - Ordinário não Vinculado para a fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de

ANEXO I e II p.21

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL. 01	CRS 1.000,00
ANEXO					
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	VALOR	IN. DOI
I	I	I	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP I
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I I
2903	DIRETORIA GERAL	I	I I I		I I
2648	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
	ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I I
	ISEEC	I	3259.00100ILI	20.416	I0121I
TOTAL				20.416	I

Estado da Cultura, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 27/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade

ANEXO I p25

ANEXO II p26

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	IPROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI				
I	I	IDESPESA	I IRI				
1200	1 SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I	I	
	IE DO COMERCIO - ENTIDADES	I	I I I		I	I	
	IVINCULADAS	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
1210	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I	I	
	ILONDRINA	I	I I I		I	I	
2468	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I	I	
	IHOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL	I	I I I		I	I	
	IDO NORTE DO PARANA	I	I I I		I	I	
	I	I 3120.00	I 181 ILI	5.000	I 0100	I	
	I	I 3120.00	I 182 ILI	1.000	I 0100	I	
	I	I 3131.00	I 181 ILI	2.000	I 0100	I	
	I	I 3131.00	I 182 ILI	500	I 0100	I	
	I	I 3132.00	I 181 ILI	10.000	I 0100	I	
	I	I 3132.00	I 182 ILI	1.500	I 0100	I	
1212	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I	I	
	IFONTA GROSSA	I	I I I		I	I	
2476	IMANUTENCAO DA PESQUISA CIENTIFICA	I	I I I		I	I	
	IE TECNOLÓGICA NA UEPG	I	I I I		I	I	
2477	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I	100.000	I 0100	I	
	ICNSINO MEDIO NA UEPG	I	I I I	100.000	I 0100	I	
T O T A L I				220.000	I		

ANEXAMENTO		A N E X O I I		FL. 02		I	
ANEXO				CRS 1.000,00			
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	IPROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI				
I	I	IDESPESA	I IRI				
1200	1 SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I	I	
	IE DO COMERCIO - ENTIDADES	I	I I I		I	I	
	IVINCULADAS	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
1210	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	I	I I I		I	I	
	ILONDRINA	I	I I I		I	I	
1130	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA OI	I	I I I		I	I	
	IHOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL	I	I I I		I	I	
	IDO NORTE DO PARANA	I	I I I		I	I	
1212	IFUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	I	I I I	20.000	I 0100	I	
	IFONTA GROSSA	I	I I I		I	I	
1133	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA OI	I	I I I		I	I	
	ICAMPUS DA UEPG	I	I I I	200.000	I 0100	I	
T O T A L I				220.000	I		

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da referida entidade, no exercício de 1991.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 29/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com alimentação e material de higiene e limpeza fornecidos através de contrato com o Departa-

mento Estadual de Administração de Material - DEAM, para atendimento a 3.000 crianças, adolescentes e adultos nas unidades sociais oficiais da FASPAR.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01		1
ANEXO				CRS 1.000,00		1

* * * * *						
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILIT	VALOR	IN DOI	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP I	

2700	ISECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I	I
	IC DA Acao SOCIAL	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
2702	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
2615	IPROGRAMACAO A CARCO DA FASPAR	I 3211.03	I00ILI	3.100.000	101461	

T O T A L		I		3.100.000	I	
* * * * *						

CANCELA		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	

SUPLEMENTACAO		A N E X O		I I I		FL. 02	1
ANEXO						CRS 1.000,00	I
I	I	INATUREZA	IL	IL	IL	IN. DO	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IFROCI	ICOP	I
I	I	IDESPESA	I	IRI	I	I	I
2800	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I	I	I	I	I
	DE DA Acao SOCIAL - ENTIDADES	I	I	I	I	I	I
	IVINCULADAS	I	I	I	I	I	I
	I	I	I	I	I	I	I
2860	FUNDACAO DE Acao SOCIAL DO PARANA	I	I	I	I	I	I
	I- FASPAR	I	I	I	I	I	I
2622	ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DAS	I	I	I	I	I	I
	UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS	I	3120.00	100	11	3.100.000	10146
		I O T A L		I		3.100.000	I

Social aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 30/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender o programa de "Incentivo à Produção Artística", através de convênio com o BANESTADO, para concessão de empréstimos reembolsáveis às empresas artísticas que se habilitarem, além de empréstimos de equipamentos, por tempo determinado, sob o

regime de contrato de comodato, conforme regulamentos expedidos pela Fundação Teatro Guaíra.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados o orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra e a programação orçamentária global do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		
ANEXO				CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL1	IN DOI	IPROCI	ICOF I
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR		
I	I	IDESPESA	I IRI			
2900	1SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
2902	1GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
2662	1PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I	I
	ITEATRO GUAIRA	I	4311.02100ILI	2.500.000	I0159I	
T O T A L				I	2.500.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		
ANEXO				CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILI	IN DOI	IPROCI	ICOF I
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR		
I	I	IDESPESA	I IRI			
2300	1SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
2302	1GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
2696	1INCREMENTO CREDITICIO AO	I	I I I		I	I
	ICOMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E	I	I I I		I	I
	IAGROPECUARIA : BANESTADO	I	4262.00100ILI	2.500.000	I0159I	
T O T A L				I	2.500.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02		
ANEXO				CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILI	IN DOI	IPROCI	ICOF I
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR		
I	I	IDESPESA	I IRI			
3000	1SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
3066	1FUNDACAO TEATRO GUAIRA	I	I I I		I	I
2636	1DESENVOLVIMENTO DAS ARTES CENICAS	I	I I I		I	I
	IE DA MUSICA	I	4130.00100ILI	2.500.000	I0159I	
T O T A L				I	2.500.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01		CRS 1.000,00	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOF
I	I	I DA	IFTIDI	I	I	I	I
I	I	IDESPESA	IRI	I	I	I	I
3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	-I	I I I		I	I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
3064	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I	I I I		I	I	
2638	IPOLITICA ESTADUAL DE LEITURA	I	I I I		I	I	
	IPUBLICA E DIFUSAO CULTURAL	I	3120.00I90ILI	20.614	I	4104I	
		T O T A L		I	20.614	I	

MENSAGEM Nº 31/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assemblêia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com material de consumo.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da entidade, no exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assemblêia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do

meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da entidade no exercício de 1991.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO p44

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 02		CRS 1.000,00	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOF
I	I	I DA	IFTIDI	I	I	I	I
I	I	IDESPESA	IRI	I	I	I	I
2400	ISECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	-I	I I I		I	I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
2465	IBANCO DO ESTADO DO PARANA S/A -	I	I I I		I	I	
	IBANESTADO	I	I I I		I	I	
2637	IINCREMENTO CREDITICIO AO	I	I I I		I	I	
	ICOMERCIO, INDUSTRIA, SERVICOS E	I	I I I		I	I	
	IAGROPECUARIA - BANESTADO	I	4262.00I00ILI	2.500.000	I	10159I	
		T O T A L		I	2.500.000	I	

MENSAGEM Nº 32/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com aquisição e instalação de equipamentos para produção de programas e dos projetos de capacitação de professores da rede pública, extensão rural e apoio pedagógico ao ensino básico.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural /

BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná - Rural/BID para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I I
2902	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2644	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO	I	I I I		I I
	TRADIO E TELEVISAO DO PARANA	I	4311.02IC0ILI	4.500.000	10158I
		T O T A L		4.500.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
3902	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1065	PROGRAMA PARANA-RURAL/BID	I	I I I		I I
	ICODAPAR	I	3212.03I17ILI	41.126	10158I
		I	4140.00I17ILI	4.458.874	10158I
		T O T A L		4.500.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I			FL. 02	
ANEXO					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
						ICOP I
3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I		I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
3002	IFUNDACAO RADIO E TELEVISAO DO	I		I I I		I I
	IPARANA	I		I I I		I I
2040	IIMPLANTACAO, OPERACAO E EXPANSAO	I		I I I		I I
	IDO SISTEMA DE RADIO E TELEVISAO	I		I I I		I I
	IDO PARANA	I	4120.00	I00ELI	4.500.000	I0158I
T O T A L					4.500.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I V			FL. 02	
ANEXO					CRS 1.000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI
						ICOP I
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I I I		I I
	IASRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I		I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
4081	ICOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO	I		I I I		I I
	IAGROPECUARIO DO PARANA - CODAPAR	I		I I I		I I
800	IARMAZENAGEM - PARANA-RURAL/BID -	I		I I I		I I
	ICODAPAR	I	3120.00	I17ILI	30.400	I0158I
		I	3132.00	I17ILI	10.726	I0158I
		I	4120.00	I17ILI	1.393.399	I0158I
1802	ISERVICO DE MOTO MECANIZACAO E	I		I I I		I I
	IELABORACAO DE PROJETOS DE	I		I I I		I I
	IIRRIGACAO E DRENAGEM -	I		I I I		I I
	IPARANA-RURAL/BID - CODAPAR	I	4120.00	I17ILI	1.532.160	I0158I
1863	IFOMENTO A PRODUCAO ANIMAL -	I		I I I		I I
	IPARANA-RURAL/BID - CODAPAR	I	4120.00	I17ILI	1.533.315	I0158I
T O T A L					4.500.000	

cancelamentos de dotações da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados o orçamento próprio da Fundação Rádio e Televisão do Paraná e a programação orçamentária global da Companhia de Desen-

volvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 33/92

Curitiba, 04 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões, oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), e procede simultaneamente à conversão da fonte 17: Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural / BID, para a fonte 00: Ordinário não Vinculado, do valor de Cr\$ 12.160.000.000,00 (doze bilhões, cento e sessenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender a programas especiais no âmbito da Agricultura, mediante transferência ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, rei-

tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00 (vinte e dois bilhões, oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), ficando simultaneamente procedida a conversão da fonte 17: Operação de Crédito Vinculada - Paraná Rural / BID, para a fonte 00: Ordinário não vinculado, no valor de Cr\$ 12.160.000.000,00 (doze bilhões, cento e sessenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CANCELAMENTO

A N E X O

I I

FL. 01

CRS 1.000,00

ANEXO

COODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO
I	I	I DA	IFTIDI		IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF I
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I I
	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I I I		I I
	IE MULTISETORIAIS	I	I I I		I I
1039	ICREDITO POR EQUIVALENCIA-PRODUTO	I	I I I		I I
	1- PARELA CHEIA	I	4130.00100ILI	12.160.000	101541
		I	4130.00117IL	12.160.000	101541
T O T A L				22.820.000	I

SUPLEMENTACAO

A N E X O

I

FL. 01

CRS 1.000,00

ANEXO

COODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO
I	I	I DA	IFTIDI		IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOF I
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I I
	IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I		I I
		I	I I I		I I
1701	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I I I		I I
	1. MULTISETORIAIS	I	I I I		I I
1042	ROYALTIES - INVESTIMENTOS NAS	I	I I I		I I
	INDUSTRIAS ECONOMICA E SOCIAL	I	4130.00100ILI	22.820.000	101541
T O T A L				22.820.000	I

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/97/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 002/92, que objetiva reajustar os vencimentos dos cargos efetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça, Alçada e, ainda, adotar outras providências. A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para justificar minha ausência na sessão extraordinária de ontem, dia 05.05.92, motivada pela necessidade de comparecer à inauguração de obra em município que nesta Casa represento.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) GERALDO CARTARIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, no dia 1º de maio, de mais um aniversário de fundação do Jornal de Beltrão, bisemanário editado em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Fundou-se o Jornal de Beltrão, como uma nova opção editorial ao Povo de Francisco Beltrão. Seu surgimento a 1º de maio de 1989, levou ao público leitor daquele Município, inicialmente, e aos demais da Região, a seguir, um novo estilo editorial e uma nova posição diante dos acontecimen-

Curitiba, quarta, em 06.05.92

tos locais e regionais principalmente. Foi tão boa a acolhida dos leitores que a direção do Jornal de Beltrão animou-se a editá-lo duas vezes por semana.

O novo compromisso assumido com o seu público leitor mostra sua importância comunitária e que Francisco Beltrão e o Sudoeste paranaense deram a sua aprovação a esse órgão da imprensa que, assim, consolidou a sua situação e mantém vivo o entusiasmo que o criou e tem animado.

Merece, pois, a homenagem ora proposta para a qual associamos o Poder Legislativo paranaense através do voto dos seus ilustres membros.

REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de votos de regozijo e congratulações, ao Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, ex-Governador do Estado do Paraná, pela posse na data de hoje, na Presidência da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, em Brasília. Outrossim, requer, que da decisão da Casa dê-se ciência ao ilustre paranaense.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A posse do eminente paranaense na Presidência da FENASEG, constitui motivo de justo júbilo a todos cidadãos do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo à Superintendência Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, objetivando a liberação de recursos em favor do Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI - de Maringá.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

MOLIVI - Movimento de Libertação de Vidas é uma entidade assistencial de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que tem como objetivo prevenir e recuperar crianças, jovens e adultos contra o terrível vício de drogas e álcool. Entretanto, a única fonte de renda da Casa de Recuperação de Toxicômanos é a benevolência de pessoas que efetuam doações em dinheiro e alimentos. Dessa forma, torna-se indispensável a cooperação das autoridades constituídas, objetivando a continuidade de tratamento aos dependentes de drogas que pro-

curam a cura e a reintegração na sociedade.

A presente reivindicação já foi objeto de requerimento anterior, datado de 06.08.91, cujo expediente resposta anexamos ao presente, para melhor orientação ao processo.

REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de convite ao Senhor Paulo Roberto Pereira de Souza, Diretor de Operações do Fomento do Banco do Estado do Paraná, para que em audiência pública, em data a ser marcada por Vossa Excelência, preste a esta Casa, esclarecimento sobre a criação da Carteira de Operações de Fomento, suas atribuições e finalidades, capacidade de investimentos, visto que é o órgão substitutivo das políticas e atribuições do extinto BADEP, Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Homem público de capacidade comprovada, prestou sempre, relevantes serviços ao Estado do Paraná. Como Secretário de Estado, Deputado Estadual, vice-Governador e, finalmente, como chefe do Poder Executivo.

Destacada contribuição prestou sempre, no âmbito de sua atividade privada, colaborando de forma preponderante e indiscutível para o crescimento do Banco Bamerindus do Brasil, demonstrando a pujança e a capacidade de trabalho dos paranaenses nacionalmente.

Assume hoje esta importante função do segmento econômico do País, definindo, antecipadamente, através da "Carta de Brasília", sua política e orientação para o setor, evidenciando a necessária atenção do Governo para o potencial das seguradoras, como incontestável alavanca do desenvolvimento econômico, defendendo a quebra do monopólio governamental na área previdenciária, classificando a atual realidade como decorrente de um furor estatizante do passado.

Nós, paranaenses jubilosos, temos a absoluta convicção de que o mesmo ao assumir a Presidência da FENASEG, corroborará, uma vez mais, através de sua competência e denodado trabalho, a acertiva de que o Estado do Paraná, através de seus ilustres e competentes filhos, contribui de forma resoluta e incontestada para o progresso e desenvolvimento pátrio, reconduzindo o Brasil à trilha das nações de primeiro mundo.

REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido o convite ao Ilustríssimo Senhor Paulo Cesar Furiatti, Mui Digno Diretor da Carteira de Fomento Agrícola do BANESTADO, para, em data a ser aprazada, comparecer a este Plenário para prestar esclarecimentos sobre a política agrícola implementada pela citada instituição.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, vice-Governador e Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos para a assinatura de contrato, em caráter de urgência, para o calçamento, com pedras irregulares, nos seguintes trechos no Município de Mariópolis: Da PR 280 até a localidade de São Pedro, ligando a Palmital com 17 Km, e do Centro de Mariópolis até a localidade de Rio Pato Branco com 4 Km.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia pelo meio de transporte para o escoamento da produção.

Para defender a necessidade do calçamento com pedras irregulares, o principal argumento da população de Mariópolis, é promover uma maior integração da região produtora, do interior do Município com a sede, bem como, com os maiores centros e principalmente no sentido de facilitar o escoamento da produção, além de proporcionar mão-de-obra.

A região é de acesso difícil, precário e essa precariedade se acentua enormemente nos períodos de chuva, tornando impossível o transporte.

A pavimentação com pedras irregulares nos trechos citados, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

A grande importância do calçamento, com pedras irregulares, nos autoriza apresentar esta solicitação a qual esperamos seja acolhida pelo Dr. Mário Pereira.

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente oficial ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Secretário de Es-

tado da Saúde e Secretário de Estado dos Transportes, solicitando prioridades no atendimento de todas as solicitações de cunho social; tais como alimentação, cobertores, medicamentos, lonas, vacinas, além de liberação de máquinas e recursos, para a formação de frente de trabalho nas áreas atingidas pelas chuvas e declaradas de Calamidade Pública.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com as chuvas que ocorrem em todo o Paraná, muitas cidades encontram-se totalmente impotentes no atendimento às vítimas da chuva e aos prejuízos advindos desta precipitação intensa, que em algumas regiões de nosso Estado atingiram em 02 (duas) semanas o registro de 400 mm.

Com tanta chuva, cidades estão ilhadas, prefeitos totalmente desorientados, trabalhadores rurais sem serviço e invadidas pelas águas as estradas rurais que simplesmente foram varridas pela água. Sendo assim é de extrema necessidade que sejam priorizados os atendimentos a estas cidades atingidas, pois é impossível para os municípios atacarem tantos problemas com a estrutura mínima que possuem.

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando campanha publicitária interna, para que a sociedade paranaense seja sensibilizada no auxílio a menores abandonados.

O Estado não pode assumir total responsabilidade no amparo ao menor que procede da própria sociedade. Com a aproximação do inverno a questão da própria sobrevivência do menor abandonado se torna mais crucial e se todos estiverem imbuídos em auxiliar a minimizar o sofrimento dos mesmos a tarefa do Estado será complementada satisfatoriamente.

Sala das Sessões, em 06.05.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com a aproximação do inverno, recrudescem as críticas às entidades assistenciais que cuidam do problema do menor e consequentemente ao Governo do Estado.

É impossível o Governo atingir em 100% o atendimento as crianças, pois a cada dia surgem novos "menores abandonados". É inadmissível também a atitude da sociedade que em cada esquina encontra menores descalços, sem agasalhos, e simplesmente ignora ou joga a responsabilidade no Governo.

Sendo assim existe a necessidade de

conscientizar a população que, sociedade e governo unidos podem diminuir um pouco a difícil situação do menor abandonado.

REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Deputado JOSE AFONSO JUNIOR, Secretário de Estado de Esportes e Turismo, solicitando a instalação de iluminação para a prática noturna de esportes, na cancha esportiva da Escola Estadual Padre Chagas, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 06.05.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em tela, tem origem em requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Guarapuava, de iniciativa do nobre vereador Alfeu Ribas Kramer, atendendo apelos da Direção, professores e alunos da Escola Estadual Padre Chagas, naquele município, que com essa melhoria, poderão praticar educação física, além de esportes de modo geral, também no período noturno, o que atualmente não está sendo possível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 110/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a "Identidade Estudantil".

Art. 2º - O aluno matricular-se-á no 1º ano do 1º grau, receberá 01 (uma) Carteira Estudantil, com foto, número, filiação, escola e endereço.

Parágrafo Único - O número que o aluno receber na ocasião da matrícula, o acompanhará durante toda a sua vida escolar.

Art. 3º - A 1ª via da Identidade Estudantil será gratuita.

§ 1º - Em caso de perda ou extravio da 1ª via, o mesmo deverá requerer 2ª via e efetuar o pagamento da confecção da mesma.

§ 2º - Em caso de transferência, o aluno receberá uma letra à frente do número e terá sua Identidade Estudantil renovada gratuitamente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É preocupante o número de crianças que

circulam nas ruas sem nenhum tipo de identificação. Muitas trafegam em horários em que deviam estar em salas de aula e na falta de condições de verificação da procedência e do que faz esta criança, as autoridades competentes ficam à mercê de informações prestadas pela mesma.

Muitas vezes encontramos crianças perdidas, feridas ou simplesmente abandonadas, sem que possamos conduzi-las à sua residência, por falta de informações, ou por esta criança ter abandonado o seu lar.

Sendo assim, acreditamos que ao se criar a "Identidade Estudantil", estaríamos tendo um quadro real do número de alunos que matriculam-se na escola, o número real que abandonam a escola, a identificação necessária para evitar o elemento estranho ao ambiente escolar, a presteza de conseguirmos identificar a migração, a reprovação, o abandono dos alunos da rede estadual.

É importante salientarmos que analisamos profundamente a questão da criação de uma Identidade Estudantil, inviolável, segura em termos de rapidez e confiável, e encontramos no Sistema Polaroid a maneira eficaz e possível.

Sendo assim e dado a necessidade de ampararmos as crianças do nosso Paraná, para que se preparem com segurança ao conduzir este Estado, em breve futuro, esperamos que este gesto aparentemente corriqueiro, seja instituído no Estado, que investe realmente e sem demagogia, na Educação.

PROJETO DE LEI Nº 111/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco, com sede e foro na Cidade de Cascavel, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Conjunto São Francisco de Cascavel, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem a finalidade de congregar os moradores da referida comunidade, estimulando o espírito de solidariedade entre os moradores integrantes da Associação.

A Associação tem a responsabilidade de organizar os moradores no sentido de conquistar melhorias da condição de vida dos moradores da comunidade; realizando também trabalhos nas áreas culturais, esportivas

e sociais, proporcionando a população do bairro, várias atividades que contribuem para a consolidação da vida comunitária.

Diante do trabalho que a Associação desenvolve e a sua importância para os moradores, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública, pelos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa para apreciação dos Senhores Deputados, os seguintes Requerimentos:

(Lê os Requerimentos nºs 597 e 598, já lidos no Expediente).

Apresentamos ainda o seguinte Projeto de Lei de nossa autoria:

(Lê o Projeto de Lei nº 110/92, que já foi lido no Expediente).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Consultamos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem ao final da Sessão foi lido um Requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores que se encontrava sobre a mesa, e o Senhor Presidente colocou em votação se a Mesa deveria recebê-lo ou não.

Aquele Requerimento era para ser enviado à Promotoria Pública do Pará; ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Pará, ao Governador do Estado e Presidente da Assembléia Legislativa. Ele visava, única e exclusivamente, solicitar a estas autoridades para que tomassem providências no sentido de coibir a violência que existe na Cidade de Marabá, no Estado do Pará.

Os Senhores Deputados sabem que Marabá é uma cidade, já a nível nacional conhecida como uma das mais violentas, por assassinatos de trabalhadores rurais, por estupro, por assassinatos de menores e por exploração de menores. E tudo isso envolve uma única família, de sobrenome Mutran. Nós não colocamos nada disso no Requerimento. Estou dizendo aos Senhores Deputados para esclarecer. Nós simplesmente solicitávamos uma ação dos poderes constituídos daquele Estado, no sentido de coibir esta violência.

Toda C.P.I. da violência no campo foi colocado e dito quem estava envolvido. E nós afirmamos, como afirmam todas as vítimas daquela Cidade, que o responsável se chama Vavá Mutran, que hoje exerce um mandato de Deputado Estadual.

Diz uma nota da CNBB (Lê):

"PRINCIPAIS DENÚNCIAS CONTRA VAVÁ MUTRAN

O pistoleiro Sebastião da Terezona confessou em Juízo perante a Dra. Ezilda Pastana, que Vavá Mutran foi um dos mandantes da chacina do Castanhal Ubã, ocorrida em São João do Araguaia (PA) no dia 13.06.85, quando 9 pessoas foram barbaramente assassinadas, incluindo uma adolescente de 13 anos, grávida de 4 meses.

O funcionário da prefeitura Joatan Ribeiro Lima, que atuava como motorista particular do Deputado, denunciou na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, em 1991, que viu Júnior, filho de Vavá, assassinar com dois tiros na cabeça um cidadão; viu Vavá contratar um pistoleiro para matar o ex-prefeito de Marabá; o viu torturar e arrancar as unhas e enterrar na areia duas filhas do Senhor Antônio Holanda; uma delas foi estuprada e engravidada por ele e faleceu no parto devido às torturas.

Por se opor às suas vontades e denunciar suas arbitrariedades as seguintes pessoas foram ameaçadas de morte; o Pe. Roberto de Valicourt (30/04/90), os Vereadores Miguel Gomes Filho, Raimundo José de Souza, Júlia Rosa, Vanda Rêgia Gomes (17/05/90), os Deputados estaduais José Carlos Lima (10/04/91) e Edmilson Rodrigues (20/07/91).

Lourival Augusto Macias, presidente da Associação Comercial de Marabá, em 30/08/89, e uma equipe de televisão, chefiada por João Bosco Carvalho, em 19.01.90, foram agredidos pelo Deputado.

Todas as camadas sociais de Marabá, sejam comerciantes, trabalhadores, agricultores ou autoridades, nos casos dos Vereadores, são ameaçados de morte pelo Senhor Vavá Mutran e sua família e ele, Deputado Estadual.

Todos estes casos foram amplamente divulgados pela imprensa, mas os pedidos de providências encaminhados ao Ministério da Justiça do Pará, Polícia Federal, Governador do Estado, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Ministério Público Estadual, não tiveram nenhuma resposta.

No dia 04.04.92 o Deputado Vavá Mutran e 3 homens invadiram a casa do fiscal da Fazenda em Marabá, Daniel Mourão e o assassinaram fria e covardemente, porque o fiscal tinha se negado a atender um pedido do Deputado que queria que fosse liberado um caminhão com 20 cabeças de gado, apreendido por não ter pago o imposto devido.

Diversas entidades populares do Estado divulgaram um manifesto, exigindo a cassação do mandato do Deputado Vavá Mutran e sua prisão.

Recente pesquisa de opinião pública, realizada no estado, mostra que cerca de 63% da população está convencida de que o Deputado é culpado, mas não será punido.

NOTA PÚBLICA

PELA JUSTIÇA EM MARABÁ - PARA

"E um terror: ninguém que seja contra os Mutran pode viver com segurança" (Vanda Rêgia, Vereadora ameaçada de morte).

A família Mutran chegou em Marabá na década de 1930 e graças ao poder público tornou-se proprietária de 131.332 hectares de castanhais, portanto, terras pertencentes aos índios e trabalhadores rurais, utilizando os meios mais truculentos como ameaças, despejos, espancamentos, torturas, assassinatos e massacres.

Em Marabá a família Mutran impõe de forma autoritária e violenta sua autoridade, pois tem sob o seu controle todas as instâncias oficiais: Vavá Mutran, que comanda a violência na cidade, é Deputado Estadual, seu filho Nagib é Prefeito, seu irmão Guido é Vereador e a nora dele Erilda Pastana é Juíza da Vara Criminal.

DR. ROSINHA - Então o que nós pedimos é uma posição para que o Governo do Estado do Pará, simplesmente coibisse tamanha violência. Nós não pedimos cassação de ninguém porque tem que ser discutido no próprio Parlamento do Pará, mas o que nos deixa preocupado é que não foi votado um requerimento que pede que se coíba esse tipo de violência, quando os meios de comunicação divulgam a violência em Los Angeles, preocupa parece que muito mais a sociedade brasileira do que a violência que nós temos no interior do Estado, do nosso País e das nossas cidades pelo Brasil afora.

Violência essa, onde inúmeros trabalhadores são assassinados todos os dias, quando não, alguns morrem de fome por esse País afora. E hoje quando se retrata inclusive alguns saques em supermercados no Rio de Janeiro, já estão falando que quem seja talvez são políticos de esquerda, são sindicatos; não é nada disso é a fome e a violência que essa cidade e esse País submetem a todos os trabalhadores. E a gente quer é lutar pelo fim desse tipo de violência e para o fim da impunidade.

Concedo o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

Ernani Pudell (Aparte) - Agradeço o aparte de V.Exa. e quero me somar a sua indignação. É preciso que o Parlamento do Estado do Paraná, tenha a sensibilidade

para perceber a importância que manifestações como aquelas que nós solicitamos a esta Casa, que apelam no sentido de que hajam uma apuração e uma punição rigorosa dos culpados pelos fatos que V.Exa. mencionou, são fundamentais. São fundamentais, porque é preciso reconhecer que muitas vezes a pressão externa, o peso da opinião pública tem feito sacudir Instituições e Organismos que muitas vezes se negam a coibir os abusos e as violências cometidas contra o nosso povo.

Assim caíram tantas ditaduras, por força das pressões externas por força da opinião pública. E nós do Estado do Paraná, deveríamos nos somar a um exemplo e exigir das autoridades do Estado do Paraná que adotem as providências necessárias para coibir esse tipo de violência contra o nosso povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná não pode assistir calado e formalmente, a escalada de violência e a negação sistemática dos direitos elementares do nosso povo não tomar pelo menos uma posição.

Se exige de nós, que pelo menos nós não nos calemos, não sejamos omissos.

Então esperamos que esse Poder doravante, saiba se comportar com coragem, com grandeza, com altivez que se exige nesse momento tão difícil da vida nacional.

Era isso Senhor Deputado.

Obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Muito obrigado.

O SR. JOSE TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas um comunicado a Casa, e pedir providências à Mesa, se possível, de que acabou de ser furtado, aqui em frente das dependências da Assembléia, o veículo de propriedade do Prefeito Municipal de Sabáudia, que acaba de chegar a esta Casa e lamentavelmente se dirigia ao meu Gabinete. Nesse tempo de se dirigir ao meu Gabinete, acabou sendo vítima de furto de seu veículo em frente das dependências da Assembléia Legislativa.

É lamentável que a gente tenha que chegar a este ponto para fazer este tipo de registro, numa Sessão Plenária, mas os absurdos que vêm ocorrendo na área de Segurança do nosso Estado são tamanhos que não me cabe, neste hora, representando aqui a Liderança do Governo, uma outra atitude. Então eu informo a Casa e peço a Vossa Excelência, que adote as providências cabíveis já que sei que estas providências também são muito limitadas. Mas é o que me cumpre registrar agora, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência lamenta o fato e destaca

que nos últimos dias vários veículos têm sido roubados nas proximidades da Assembléia, do Palácio Iguazu, da Prefeitura, dos Poderes Constituídos do Estado do Paraná, e nós temos à frente do Palácio do Governo uma guarda do Palácio que poderia estender a sua atenção também para os demais Poderes.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - E que eu acho que o policiamento do Estado do Paraná estava ocupado em deter os vigilantes para que não se aproximassem do Palácio, enquanto isso os ladrões agem impunemente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - E eu, com satisfação, quero registrar aqui na Casa que Umuarama e Região, felizmente, os roubos de veículos estão parados. Segundo informações há mais de uma semana não temos nenhum roubo de veículos em Umuarama e região.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Umuarama é uma exceção ao restante do Paraná. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Depois da mudança, não é Deputado Nilton Barbosa? E só mudar que se resolve todos os problemas.

Mas eu estou indignado com o relato do Deputado Tavares, nesta Casa, mas também fiquei indignado com o relato do Deputado Rosinha, e eu não sabia do teor, me perdoe, deste Requerimento.

Eu acharia que este Requerimento deveria ter sido lido ontem para que todos prestássemos atenção, porque realmente casos como estes que o Doutor Rosinha relatou na Tribuna desta Casa, é que denigrem o Parlamento brasileiro, é que denigrem a classe política brasileira.

E nós precisamos acabar com os políticos parasitas, gícolôs do dinheiro público, assassinos, imbecis que se elegem às vezes comprando votos, não representam nada, absolutamente nada nos seus Paramentos, e graças a Deus eu estou muito feliz de ser Deputado no Estado do Paraná, porque esta Casa é formada por homens decentes, honrados, de caráter e que brilham realmente cada qual nas suas funções.

Lamento profundamente e venho a esta Tribuna dizer que votei erradamente, e deveria ter votado com o Requerimento da Bancada do PT.

Se esse Requerimento vier a Plenário novamente, votarei com maior orgulho para que seja lavrado um grito de alerta a este Parlamento que o Doutor Rosinha levou à Tribuna desta Casa para que se acabe com

os falsos moralistas da classe política brasileira.

Mas, para completar, Deputado Nilton Barbosa e meu caro Deputado Algaci, daqui a pouco à entrada na Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, o Sindicato dos Agentes de Reclusão que cuidam das penitenciárias do Paraná, descobriram e eu apresentei agora a pouco, em primeiríssima mão, uma reportagem para todo o Brasil de que as nossas penitenciárias estão acobertando uma série de maracutaías no Estado do Paraná.

Pasmem os Senhores, um desmanche de carros, dentro das penitenciárias do Paraná, eu mostrei, está arquivado e filmado.

Pasmem os Senhores, estão desmatando sem autorização do IBAMA, uma verdadeira denúncia de descalabro que eu apresentei agora pouco em rede nacional através do meu Programa, uma denúncia escabrosa, que o sindicato vai pedir agora, daqui a pouco, a cabeça de todos os diretores das penitenciárias do Estado do Paraná, porque está havendo maracutaia, desaparecendo comida, desaparecendo,... e olha o que eu vi hoje na televisão, a denúncia, os documentos apresentados e que serão levados daqui a pouco ao Procurador Geral.

É um descalabro, é uma vergonha e eu espero que em nome da decência, em nome da moral, em nome do respeito, para que a polícia se orgulhe da farda que veste, para que a polícia civil se orgulhe do distintivo que ostenta, que o Governador do Estado do Paraná, eleito com os votos dos paranaenses, meta na cadeia os diretores destas penitenciárias se for provado o descalabro que o sindicato apresentou agora, uma hora da tarde, no meu programa de televisão para toda a Nação Brasileira.

Fica registrado, é uma vergonha e vergonha maior ainda, é que enquanto a polícia serve determinados policiais, aliás, gostaria de dizer, eles estão cumprindo ordens, eles têm que obedecer ordens.

É lamentável que os ladrões já estejam invadindo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para aqui roubar não carros dos Prefeitos, mas futuramente, não se assustem, quando os Senhores saírem aí fora e podem não encontrar mais os seus carros.

É lamentável, parabenizo a atitude do Deputado José Tavares, pelo menos ele tem a vergonha na cara, teve a decência e a moral de dizer neste Plenário, mesmo sendo Vice-Líder do PMDB, enalteço o Deputado Tavares que teve a hombridade, a decência e a moral, como verdadeiro Parlamentar, de dizer aqui neste Parlamento que realmente a segurança do Paraná exige uma série de cuidados.

Espero que a voz do Deputado José Tavares atravesse o concreto da Assembléia

Legislativa, atravesse o concreto da Secretaria de Segurança Pública e chegue até o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Extraordinária do dia 06 do corrente mês, em função de viagem ao Município que representa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 395/91, que autoriza o Poder Executivo a doar a União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel situado à Rua Carlos Cavalcanti, 1157, Curitiba, sede histórica da entidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 110, de 05.09.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/92, que autoriza o Poder Executivo a, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmarem escrituras públicas de dação em pagamento, aceitando, como quitação da dívida ativa nº 174 2647-4 e dos autos de infração nºs 3698068-8 e 3698069-6, da empresa LABRA- Indústria Brasileira de Lapis S.A., conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero fazer um Requerimento, que em seguida encaminharei à Mesa, de retirada do referido Projeto da Ordem do Dia, por dez sessões, e a transformação do mesmo em diligência, tendo em vista as dúvidas que foram suscitadas por nós na Sessão anterior, notadamente com relação à questão que está sub judice do Conselho de Admi-

nistração e outras informações ainda pendentes que nós não temos, relativas principalmente a obediência da gradação legal estabelecida para dação em pagamento ou mesmo para penhora, bem como também, sobre a existência ou não de ônus reais que possam estar recaindo sobre este imóvel que está sendo dado em pagamento, para compensação de débitos tributários.

Nesse sentido encaminho requerimento a Vossa Excelência o qual imediatamente será formalizado e entregue à Mesa.

O SR. JOSE TAVARES (Pela Ordem) - Ao que me consta não existe na Mesa para apreciação, requerimento.

Vossa Excelência então está em processo de votação e deve continuar o processo que não pode ser interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Presidência, inclusive, já encerrou a discussão com relação ao Projeto e já não cabe mais a entrada do requerimento à Mesa.

Em votação.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Peço verificação de votação.

O SR. JOSE TAVARES - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Após a chamada nominal, 33 Senhores Deputados presentes em Plenário.

Consulto o Deputado Ernani Pudell se tem interesse ainda na verificação de votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, sugerindo aos Senhores Parlamentares que desaprovem o projeto, para que o mesmo venha devidamente instruído com as informações que estamos solicitando, e esclarecidas as dúvidas que suscitamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Procedese a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

22 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

09 Senhores Deputados rejeitam.

Está aprovado o Projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Registrando a posição porque entendemos que a transparência jamais poder ser uma mera

formalidade, mas se este Poder tiver que tomar conhecimento das ações do Governo do Estado como determina a Constituição, que estas ações de Governo venham devidamente instruídas com as informações que são necessárias para que possamos votar conscientes e com conhecimento de causa sobre os assuntos que nos foram submetidos.

E lamentável que nós da Bancada do PT nos reservaremos ao direito de analisar a questão.

Inclusive se for necessário e se entendermos que assim é do interesse público, ingressaremos até com as medidas judiciais necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Ernani Pudell, é matéria vencida, Vossa Excelência não pediu encaminhamento de discussão e nem sequer justificativa de votação.

Prossegue a Ordem do Dia.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A., C.S.P. e C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 158/91

RELATOR: Deputado Plauto Miró Guimarães

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Algaci Túlio, objetiva proibir a comercialização, distribuição e utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o álcool metílico (metanol).

Ao promover minuciosa análise da proposição, notamos que o escopo da mesma é preservar a saúde dos trabalhadores que possam estar expostos a concentrações de metanol, além de resguardar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A Constituição Federal é clara quando incumbe, também aos Estados, a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas (Artigo 23, VI). Também reconhece a competência dos Estados para legislar sobre a proteção do meio ambiente (artigo 24, VI) e responsabilidade por danos ao mesmo (artigo 24, VIII). Já a Constituição Estadual no seu artigo 207, que o meio ambiente, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo ao Estado e Municípios o dever de preservá-lo.

Face ao exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça dá o seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da presente iniciativa, nada havendo que possa impedir a sua tramitação processual legislativa, estando a proposição em condições de ser apreciada pelo Douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO PERMANENTE DE ECOLOGIA
E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 158/91

RELATOR: Deputado Neivo Beraldin

P A R E C E R:

Proposta do Projeto de Lei nº 158/91: Proibir a comercialização, distribuição e utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (Alcool Metílico - $\text{CH}_3 - \text{OH}$).

ANÁLISE: Com base em Documento do TECPAR, de março de 1990, no seu item 6.0 - Toxicidade, podemos afirmar que metanol é um produto venenoso e sua manipulação requer medidas de proteção especiais. É um veneno celular que causa lesões em vários órgãos. Se ingerido produz dificuldades de respiração, alterações oculares e em certos casos a morte. O metanol é altamente inflamável e tóxico. Com base no documento da SEDU - Informação nº 51/90 podemos aprender que o Metanol é um produto altamente nocivo à saúde humana e que a licença para uso do metanol como combustível foi deliberada pelo Governo Federal (IBAMA) sem que aparelhasse o Estado para monitorar o seu uso. E principalmente, o metanol pode ser usado puro como combustível no motor a álcool, com pequenas regulamentações no carburador e ajuste no avanço de ignição.

O Projeto de Lei não proíbe o uso do metanol puro como combustível.

PARECER: Somos de parecer que o Projeto de Lei nº 158/91, seja emendado, através de um substitutivo geral, por parte da Comissão Permanente de Ecologia e Meio Ambiente, conforme em anexo.

Sala das Comissões, em 05.06.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

NEIVO BERLALDIN

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.E.M.A.

PROJETO DE LEI Nº 158/91

Art. 1º - É vedada a distribuição, comercialização e a utilização do produto químico Metanol - $\text{CH}_3 - \text{OH}$, como combustível

para automotores, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A vedação prevista no caput deste artigo aplica-se também a qualquer combustível automotivo onde tenha sido adicionado Metanol ($\text{CH}_3 - \text{OH}$).

Art. 2º - O armazenamento, o transporte e a disposição final sujeitar-se-ão ao prévio licenciamento perante a Autoridade Ambiental Estadual e processar-se-ão de forma e em condições que não constituem perigo para a saúde e bem-estar público e nem causem prejuízo ao meio ambiente.

Parágrafo Único - A Autoridade Ambiental Estadual deverá solicitar a cooperação de outros órgãos estaduais, principalmente os responsáveis pela saúde e segurança, quando dos transados destas cargas pelo território paranaense.

Art. 3º - A Autoridade Ambiental Estadual manterá registro de produtores, comerciantes e transportadores ou manipuladores do Metanol ou suas misturas, independentes do tipo de uso.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.06.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

NEIVO BERLALDIN

Relator

JUSTIFICATIVA:

Louve-se a luta do nobre Deputado Algaci Túlio pela luta em evitar que a sociedade paranaense não tenha que tomar contato com combustíveis em que se tenha adicionado METANOL, $\text{CH}_3 - \text{OH}$, e que fique sujeita a perigos e ameaças à sua saúde.

As alterações aqui propostas baseiam-se em muitas das considerações feitas pelo nobre Deputado nas justificativas que tão bem demonstram a nocividade deste produto.

Igualmente o consideramos de alta toxicidade, venenoso, que sua manipulação necessita de proteções especiais, que causa lesões, que se ingerido produz dificuldades de respiração, alterações oculares e em certos casos, a morte.

Somente que o substitutivo que apresentamos objetiva:

- dar condições de não uso do Metanol puro, como combustível automotor: devido que pode ser usado como tal nos veículos de motor a álcool como evidencia o laudo de Tecpar, em anexo.

- manter a proibição de suas misturas - pois se como combustível automotor puro é nocivo, suas misturas também o são, fato evidenciado pelas justificativas do projeto original.

- determina responsabilidade evidencia

que o órgão ambiental deve ser o responsável pelo controle deste agente químico poluidor e nocivo a saúde, exigindo o devido registro pelos usuários, independente do tipo de uso.

- acidentes com o Metanol - ao solicitar controle dos translaços, tenta-se evitar que a comunidade se veja frente a possíveis acidentes com estas cargas em território paranaense. Prevenir ao invés de remediar, pois acidentes com cargas, pela precariedade de nossas estradas, não estão longe de acontecer.

O agravamento dado por este Substitutivo Geral demonstra o cuidado que devemos ter com o meio ambiente e com a saúde da população.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 158/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de iniciativa do nobre Deputado ALGACI TOLIO, enseja suprir a folha de falta de monitorização sobre a distribuição, comercialização e utilização do metanol e suas misturas como combustível automotivo.

No mérito, o Plano de Lei é louvável e não apresenta nenhum óbice à sua regular tramitação, o que enseja o seu integral acolhimento.

Sala das Comissões, em 05.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 158/91

RELATOR: Deputado Edson Silva Lino

P A R E C E R:

A Constituição Federal declara em seu Artigo 6º que a saúde é um direito social; em seu Artigo 196 que é direito de todos e dever do Estado e ainda no seu Artigo 197 que cabe ao Poder Público, nos termos da Lei, dispor sua regulamentação, fiscalização e controle.

Documento elaborado pelo TECPAR classifica o Metanol como inflamável e tóxico; informação nº 51/90 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, envolvendo a Secretaria de Saúde, da Ciência e da Tecnologia, TECPAR e SUREHMA que o Metanol é altamente nocivo à saúde humana e que a licença para seu uso como combustível foi deliberada pelo Governo Federal sem que se aparelhasse o Estado para monitorar o seu uso.

O objetivo da Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Nobre Deputado Algaci Túlio, quer

suprir a falha da falta de monitorização de um produto relativo à saúde pública.

A Comissão de Saúde Pública, com base nos fatos citados e cumprindo sua função regimental é de PARECER FAVORÁVEL ao presente Plano de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

EDSON SILVA LINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C.. EMENDA DA C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 151, de 18.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 525/91

RELATOR: Deputado Luiz Carlos Martins

P A R E C E R:

I - O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a promover a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

II - Na sessão desta Comissão, realizada no mês de dezembro de 1991, esta Relatora solicitou diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, para que se manifestasse quanto a pretensão do Autor.

III - O Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, em resposta ao solicitado não manifestou divergência quanto à proposta, e sim só propôs nova redação para o artigo 1º.

IV - Diante da resposta e procedida a análise da matéria, a presente Proposição preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela tramitação normal do presente nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 525/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, o presente Plano de Lei visa autorizar a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça, embuída pela legalidade e constitucionalidade da matéria, através de sua Relatora, Deputada Emília Belinati, apresentou requerimento solicitando que a Secretaria de Estado dos Transportes se manifestasse a respeito. Em resposta, o Secretário Estadual dos Transportes, Senhor Mário Pereira, sugeriu modificação na redação do art. 1º do referido Projeto de Lei, segundo análise pelo setor competente do D.E.R.

Assim sendo, esta comissão, através de seu Relator, posiciona-se pela aprovação do presente Projeto de Lei na forma de EMENDA MODIFICATIVA em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA C.O.P.T.C.

PROJETO DE LEI Nº 525/91

Art. 1º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 1º do Projeto de Lei nº 525/91:

"Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover estudos, no sentido de avaliar a necessidade da integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba".

Sala das Comissões, em

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Em votação.

O DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, do PT, não somos contrários à integração do transporte coletivo da Região Metropolitana. Queremos registrar somente que é um projeto no nosso entender inócuo, uma vez que, tanto o Governador como os Prefeitos da Região Metropolitana, já tem o poder constituído para fazer esta integração. Só não o fazem porque não querem politicamente, ou não há um acordo político entre estas instâncias. E não é um projeto que se autoriza a fazer que vai acabar com estas arestas políticas.

Entendemos que o projeto é inócuo porque não se tem necessidade deste tipo de autorização. Os Poderes já citados têm competência para isto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação o projeto.

Aprovado.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 600, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 593, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 595, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 596, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 597 e 598, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 601 e 606, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 605, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 607, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158/91, 525/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 071/91, 019/91, 085/91, 087/91, 091/91, 092/91.

Marca ainda, para logo após o término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 044/89, 045/89, 046/89, 049/89, 052/89, 055/89.

Levanta-se a sessão.